

Tropicália

Transmissora de Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2022 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo	Página
Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias	8

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão das Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicável à elaboração de informações financeiras intermediárias.

Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes referentes às informações contábeis intermediárias para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2021, apresentados para fins de comparação, foram revisados anteriormente por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de julho de 2021, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021		Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		33	8	Fornecedores	8	2.946	9.830
Títulos e Valores Mobiliários	3	15.316	16.838	Impostos e contribuições a recolher		2.070	2.346
Concessionárias e Permissionárias	4	10.734	10.969	Outros passivos circulantes		373	621
Despesas antecipadas		65	1	Encargos setorial		504	585
Imposto de renda retido na fonte		2.319	2.460	Debêntures	7	11.953	10.354
Outros ativos circulantes		100	31	Arrendamento imobiliário		154	-
Deposito vinculado	5	12.181	11.122			<u>18.000</u>	<u>23.736</u>
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	6	84.105	82.109				
		<u>124.853</u>	<u>123.538</u>	Não circulante			
Não circulante				Tributos Diferidos	9a	125.759	120.143
Realizável a longo prazo				Debêntures	7	540.100	513.253
Deposito vinculado	5	14.642	13.842	Arrendamento imobiliário		542	-
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	6	821.775	809.574			<u>666.401</u>	<u>633.396</u>
Outros ativos não circulantes		45	44	Patrimônio líquido	10		
Imobilizado		1.809	160	Capital social		58.000	58.000
Intangível		62	57	Reserva Legal		11.314	11.314
		<u>838.333</u>	<u>823.677</u>	Reserva de lucros a realizar		167.029	167.029
				Reserva especial de dividendos		31.740	53.740
				Lucros / Prejuízos Acumulados		10.702	-
						<u>278.785</u>	<u>290.083</u>
Total do ativo		<u>963.186</u>	<u>947.215</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>963.186</u>	<u>947.215</u>

Notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Períodos de três meses findos		Períodos de seis meses findos	
		em		em	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receita operacional líquida	11	31.048	28.626	61.643	58.327
Custo de construção	12	-	(535)	-	(41.675)
Custo de operação e manutenção	14	(1.721)	(1.064)	(2.766)	(2.148)
Lucro bruto		<u>29.327</u>	<u>27.027</u>	<u>58.877</u>	<u>14.504</u>
Despesas Operacionais	13	(890)	(700)	(1.717)	(1.404)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>28.437</u>	<u>26.327</u>	<u>57.160</u>	<u>13.100</u>
Receita Financeira		933	99	1.430	178
Despesas Financeira		<u>(22.372)</u>	<u>(15.581)</u>	<u>(42.138)</u>	<u>(33.616)</u>
Resultado financeiro	15	(21.439)	(15.482)	(40.708)	(33.438)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>6.998</u>	<u>10.845</u>	<u>16.452</u>	<u>(20.338)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	9b	<u>(2.384)</u>	<u>(3.688)</u>	<u>(5.750)</u>	<u>6.885</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido do período		<u><u>4.614</u></u>	<u><u>7.157</u></u>	<u><u>10.702</u></u>	<u><u>(13.453)</u></u>
Resultado por ação (R\$)		0,046	0,071	0,106	(0,133)

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias .

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido do período	4.614	7.157	10.702	(13.453)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>4.614</u></u>	<u><u>7.157</u></u>	<u><u>10.702</u></u>	<u><u>(13.453)</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

		Reserva de lucros					
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Reserva Especial de dividendos	Lucro ou Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	10	58.000	11.314	168.631	36.694	-	274.639
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(13.453)	(13.453)
Constituição de reservas		-	-	-	17.046	-	17.046
Em 30 de junho de 2021	10	58.000	11.314	168.631	53.740	(13.453)	278.232
Em 31 de dezembro de 2021	10	58.000	11.314	167.029	53.740	-	290.083
Lucro líquido do período		-	-	-	-	10.702	10.702
Pagamento de dividendos	10.e	-	-	-	(22.000)	-	(22.000)
Em 30 de junho de 2022	10	58.000	11.314	167.029	31.740	10.702	278.785

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	10.702	(13.453)
Ajuste		
Depreciação e Amortização	61	7
Juros e Atualização sobre Debêntures e Financiamentos	7 41.587	31.093
Remuneração e Margem de Ativo de Contrato	6 (52.925)	(11.256)
	(575)	6.391
Variações nos ativos e passivos		
Concessionárias e permissionárias	235	(9.891)
Ativo de Contrato	38.728	32.370
Despesas antecipadas	(64)	688
Imposto de renda retido na fonte	141	74
Outros ativos	(70)	-
Fornecedores	(6.885)	13.809
Impostos e contribuições a recolher	(276)	1.689
Impostos diferidos	5.616	(6.996)
Juros pagos	7 (13.141)	-
Outros passivos	366	104
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>24.075</u>	<u>38.237</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo financeiro da concessão	6 -	(41.675)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.705)	(89)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(152.251)	(79.981)
Resgate em títulos e valores mobiliários	151.906	83.532
Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos	<u>(2.050)</u>	<u>(38.213)</u>
Pagamento de dividendos	(22.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(22.000)</u>	<u>-</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	25	25
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>8</u>	<u>25</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u><u>33</u></u>	<u><u>50</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICALIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo – TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020, anexo IV, ficou estabelecido, receitas anuais permitidas, no montante de R\$ 86.836. Em 02 de julho de 2021 foi emitida pela ANEEL Nota Técnica nº 149/2021 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2021-2022 no valor de R\$ 95.431. A Receita de remuneração do ativo contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita efetiva que remunera o ativo de contrato é de 8% a.a.

1.1 Impactos do COVID 19

1.1.1 Contexto Geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

1.1.2 Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, inicialmente a Companhia não adotou nenhuma medida de assistência governamental.

1.1.3 Impacto nas demonstrações financeiras

Considerando o estágio da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e adotou as seguintes medidas:

- adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional;
- monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;
- substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;
- reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;
- fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;
- fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;

A Companhia preservou o caixa, teve geração positiva de caixa em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, pagou empréstimos e fornecedores, não precisou acessar financiamentos externos e não sofreu nada relevante que possa afetar a continuidade ou a realização dos ativos.

Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e não foram relevantes para a Companhia.

1.1.4 Impacto nas demonstrações financeiras **Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 29 de julho de 2022.

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e por isso devem ser lidas em conjunto.

1.2 Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (‘IASB’) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

2 Gestão de risco financeiro

2.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com Instituições Financeiras Brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

2.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

2.3 Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2022	
	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	15.316	15.316
Depósito vinculado	26.823	26.823
	<u>42.139</u>	<u>42.139</u>
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	33	33
Contas a receber	10.734	10.734
	<u>10.767</u>	<u>10.767</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	2.946	2.946
Debêntures	552.053	552.053
	<u>554.999</u>	<u>554.999</u>
	31/12/2021	
	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	16.838	16.838
Depósito vinculado	24.964	24.964
	<u>41.802</u>	<u>41.802</u>
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	8	8
Contas a receber	10.969	10.969
	<u>10.977</u>	<u>10.977</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	9.830	9.830
Debêntures	523.607	523.607
	<u>533.437</u>	<u>533.437</u>

2.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.5 Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

30/06/2022					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	33	0	0	0
	Títulos e Valores Mobiliários	15.316	117	156	195
	Depósito vinculado	26.823	205	274	342
IPCA %	Debêntures	552.053	2.774	3.699	4.623

31/12/2021					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	2
	Títulos e Valores Mobiliários	16.838	411	748	1.084
	Depósito vinculado	24.964	609	1.108	1.608
IPCA %	Debêntures	523.607	42.203	52.675	63.147

3 Títulos e Valores Mobiliários

Circulante	30/06/2022	31/12/2021
Certificados de depósitos bancários	15.316	16.838
	<u>15.316</u>	<u>16.838</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDB realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4 Concessionárias e Permissionárias

	30/06/2022	31/12/2021
A vencer	10.528	10.849
Vencido	206	120
	<u>10.734</u>	<u>10.969</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não são necessários ajuste a valor presente. A Companhia não possui provisão para perda esperada de crédito.

5 Depósito Vinculado

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Certificados de depósitos bancários	12.181	11.122
	<u>12.181</u>	<u>11.122</u>
Não Circulante		
Certificados de depósitos bancários	14.642	13.842
	<u>14.642</u>	<u>13.842</u>

6 Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)

A movimentação dos saldos referente aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	<u>891.683</u>	<u>855.784</u>
Aquisição de ativo de concessão	-	41.675
Remuneração do ativo de contrato	52.925	102.769
Margem do ativo de contrato	-	2.084
(-) Remensuração da margem de construção	-	(38.468)
(-) Recebimentos	(38.728)	(72.161)
Saldo final	<u>905.880</u>	<u>891.683</u>
	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessão do serviço público (Ativo contratual) – Circulante	84.105	82.109
Concessão do serviço público (Ativo contratual) - Não circulante	821.775	809.574

7 Debêntures

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S/A para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 407.000 mil, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local.

Prazo: 24 anos (até agosto de 2043)

Custo: IPCA + 5,0921%.

Carência: 36 meses (até agosto de 2022)

Juros apurados semestralmente ocorrendo o 1º Pagamento em agosto de 2021

Amortização e juros exigíveis semestralmente após a carência

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	30/06/2022	31/12/2021
Debêntures	IPCA + 5,0921%	552.053	523.607
Principal		407.000	407.000
Juros		145.053	116.607
Passivo circulante		11.953	10.354
Não circulante		540.100	513.253

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Debêntures	31/12/2021	Aquisição			Amortização		30/06/2022
		Principal	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros	
Debêntures	539.231	-	13.350	28.237		(13.141)	567.677
Custos de captação incorridos na captação	(15.624)	-	-	-	-	-	(15.624)
Total:	523.607	-	13.350	28.237	-	(13.141)	552.053

Debêntures	31/12/2020	Aquisição			Amortização		30/06/2021
		Principal	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros	
Debêntures	478.351	-	8.889	22.204		-	509.444
Custos de captação incorridos na captação	(15.624)	-	-	-	-	-	(15.624)
Total:	462.727	-	8.889	22.204	-	-	493.820

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

Vencimentos

2023	2.544
2024	3.053
2025	3.052
2026	<u>4.070</u>
Após 2026	527.381

Garantias concedidas

Fiança Bancária para 100% da dívida até completion

Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios / Emergentes da Concessão

Covenants financeiros

Devido a essa debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBITDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

8 Fornecedores

	30/06/2022	31/12/2021
Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	1.712	2.145
Siemens Ltda	-	6.489
Dossel	518	654
Outros	<u>716</u>	<u>542</u>
	2.946	9.830

9 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

a. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Passivos Diferidos

	30/06/2022	31/12/2021
Diferido Ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	17.921	17.262
Bases negativas de contribuição social	<u>6.526</u>	<u>6.265</u>
	<u>24.447</u>	<u>23.527</u>
Diferido passivo		
Imposto de Renda diferido	110.446	105.640
Contribuição social diferida	39.761	38.030
	<u>150.207</u>	<u>143.670</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>125.759</u>	<u>120.143</u>

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

Efeitos no Resultado

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.998	10.845	16.452	(20.338)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	2.379	3.687	5.594	(6.915)
Bônus e gratificações	4	3	100	44
Outros	1	(2)	56	(13)
	<u>2.384</u>	<u>3.688</u>	<u>5.750</u>	<u>(6.885)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	<u>2.384</u>	<u>3.688</u>	<u>5.750</u>	<u>(6.885)</u>
	<u>2.384</u>	<u>3.688</u>	<u>5.750</u>	<u>(6.885)</u>

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021 é de R\$ 58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal. No dia 26 de março de 2021, houve transferências das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações, passando a ser apresentado da seguinte forma:

	2022/2021	
	Quantidade de ações	Participação %
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Invest.Particip. Infraestrutura	58.000	100,00
	<u>58.000</u>	<u>100</u>

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.

25% será distribuído como dividendo obrigatório.

O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva legal e de lucros a realizar

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, apurado com base nas demonstrações financeiras societárias, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

No exercício de 2021, a Companhia apurou prejuízo, não gerando resultados a serem distribuídos.

A reserva de lucros a realizar refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender às limitações do caixa da Companhia a ser aprovada em conselho da administração.

No exercício de 2021, a Companhia conforme mencionado acima, não gerou reservas a serem constituídas.

d. Dividendos propostos

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% é obtida a partir do lucro líquido societário, diminuído da quota destinada à reserva legal.

No exercício de 2021, a Companhia conforme mencionado acima, não gerou reservas a serem constituídas.

e. Reserva Especial de dividendos

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Concernentes a reversão do provisionamento de dividendo mínimo obrigatório, foi realizada a seguinte deliberação:

- Assembleia Geral Ordinária de 13 de abril de 2021 deliberando a reversão do valor de R\$ 17.046 dos dividendos mínimos obrigatórios de 2020.

Esses dividendos não eram compatíveis com a situação financeira da Companhia.

Concernentes ao pagamento dos dividendo mínimo obrigatório, foi realizada a seguinte deliberação:

- Reunião do Conselho de Administração de 23 de março de 2022 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 22.000.

11 Receita operacional líquida

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração do ativo de concessão	26.571	25.565	52.925	51.500
Receita de Construção	-	-	-	1.432
Receita de O&M	5.811	5.505	11.621	9.713
Outras receitas	1.462	-	2.663	-
Total da receita bruta	33.844	31.070	67.209	62.645
(-) Pis/Cofins	(2.464)	(2.206)	(4.904)	(3.893)
(-) Encargo setorial	(332)	(238)	(662)	(425)
Total da receita líquida	31.048	28.626	61.643	58.327

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.

- Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual.
- Receita de operação e manutenção: reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS.
- Outras receitas: proveniente de valor não arrecadado na apuração mensal dos serviços e encargos a título de Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a Resolução Normativa nº 77.

12 Custo de construção

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal	-	-	-	-
Administradores	-	-	-	-
Material	-	(535)	-	(41.675)
Serviços de terceiros	-	-	-	-
Aluguéis	-	-	-	-
Seguros	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>(535)</u>	<u>-</u>	<u>(41.675)</u>

13 Despesas operacionais

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal	(289)	(211)	(566)	(408)
Administradores	(19)	(174)	(377)	(492)
Material	(23)	(20)	(46)	(27)
Serviços de terceiros	(299)	(258)	(551)	(386)
Depreciação e Amortização	(28)	(1)	(61)	(7)
Aluguéis	(52)	(36)	(97)	(70)
Impostos e taxas	(5)	-	(19)	(14)
	<u>(890)</u>	<u>(700)</u>	<u>(1.717)</u>	<u>(1.404)</u>

14 Custos de operação e manutenção

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal	(216)	(32)	(285)	(77)
Administradores	-	-	-	(65)
Material	27	(60)	148	(125)
Serviços de terceiros	(1.437)	(861)	(2.402)	(1.629)
Aluguéis	(53)	(51)	(97)	(95)
Seguros	(32)	(37)	(66)	(70)
Impostos e taxas	(10)	(23)	(64)	(87)
	<u>(1.721)</u>	<u>(1.064)</u>	<u>(2.766)</u>	<u>(2.148)</u>

15 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	Períodos de três meses findos		Períodos de seis meses findos	
	em		em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(56)	(60)	(154)	(86)
Juros e Atualização s/ Debêntures	(22.201)	(14.557)	(41.586)	(31.093)
Outras despesas financeiras	(115)	(964)	(398)	(2.437)
	<u>(22.372)</u>	<u>(15.581)</u>	<u>(42.138)</u>	<u>(33.616)</u>
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	924	94	1.417	171
Outras receitas financeiras	9	5	13	7
	<u>933</u>	<u>99</u>	<u>1.430</u>	<u>178</u>
	<u>(21.439)</u>	<u>(15.482)</u>	<u>(40.708)</u>	<u>(33.438)</u>

16 Meio ambiente

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto. Conforme destacadas abaixo:

a Licença Operação (LO) emitida pelo IBAMA em janeiro de 2021.

17 Seguros

Em 30 de junho de 2022, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Apólice	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil	16.51.0038097.12	01/01/2022 a 01/01/2023	R\$ 27
Riscos Operacionais	46.692.021.100.101.180.001.669	01/01/2022 a 01/01/2023	R\$ 89
Veículo	8.769.900.244.059.900	15/01/2022 a 15/01/2023	R\$ 2
Veículo	8.769.900.244.060.340	04/02/2022 a 04/02/2023	R\$ 4

18 Honorário dos administradores

O total pago, no segundo trimestre de 2022 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$ 407 e em 31 de dezembro 2021 o montante foi de R\$ 625.

19 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui a seguinte causa como possível, no montante de R\$ 49:

- a) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ECARI (responsabilidade solidária), com pedidos de declaração de rescisão indireta; salários; recolhimento, liberação e indenização sobre F.G.T.S; multas dos art. 467 e 477 da C.L.T.; indenizações e honorários advocatícios. Em 30 de junho de 2022 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo.

20 Eventos subsequentes

- Em 05 de julho de 2022 foi emitida pela ANEEL Nota Técnica nº 102/2022 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2022-2023 no valor de R\$ 104.935.
- Deliberação e pagamento de dividendos mínimos obrigatório, conforme Reunião do Conselho de Administração de 12 de julho de 2022 no montante de R\$ 14.250.

* * *

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0